



ANEXO I

JUSTIFICATIVAS

Finalidade: este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade dos equipamentos a serem adquiridos, previstos no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

Justificativas:

Da necessidade da contratação

O fornecimento de equipamentos, como tratores e implementos agrícolas, é de fundamental importância para o desenvolvimento de atividades agropecuárias realizadas no âmbito da agricultura familiar, pois aumenta a produtividade da mão de obra labutante, assim como das lavouras, melhora a técnica do manejo alimentar, a eficiência no uso dos materiais de alimentação animal e, conseqüentemente, o melhor desempenho da ação laboral e econômica das famílias beneficiadas.

Justifica as razões de interesse público, pois é extremamente necessária a contratação dos fornecimentos objeto do presente Termo de Referência. As políticas públicas voltadas para a solução das carências do semiárido nordestino, apesar de terem proporcionado alguns progressos, ainda não conseguiram melhorar substancialmente os indicadores sociais da região, que se situam entre os mais baixos do país. Contudo, é possível dizer que hoje há um consenso entre políticos e administradores, partilhado por grande parte da população brasileira, quanto à urgência da adoção de medidas capazes de melhorar a qualidade de vida da população da região e de reduzir a escassez de estrutura principalmente das comunidades rurais difusas do semiárido. As constantes secas provocam o colapso das atividades produtivas, sobretudo na agropecuária, o que impede a fixação do homem no campo e provoca a migração da população.

Portanto, a estruturação de atividades agropecuárias constitui-se como uma estratégia de desenvolvimento que envolvem aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais. Assim, pelo seu significativo valor social e econômico, percebe-se a grande importância que é a aquisição de Tratores e Implementos Agrícolas para atendimento às demandas das comunidades rurais.

Com o objetivo de proporcionar a melhoria das condições estruturais e técnicas para o desenvolvimento de atividades agrícolas na região semiárida, numa perspectiva de segurança alimentar e de melhoria da qualidade de vida dos agricultores e suas famílias, faz-se necessária a aplicação de recursos públicos para aquisição dos itens descritos neste edital.

Da adoção pelo uso do PREGÃO ELETRÔNICO:

A modalidade de licitação é Pregão Eletrônico, considerando que se trata de **bens comuns**, pois são bens que são facilmente encontrados à pronta entrega em lojas do ramo no mercado e sua adoção visa ampliar a eficiência na competitividade entre os licitantes, assegurar o tratamento isonômico, buscar maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

Da adoção SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS):

A Codevasf tem como um de seus objetivos, promover melhorias no sistema de produção, por meio da aquisição de



máquinas, implementos agrícolas, equipamentos e materiais para auxiliar no aumento da produção de alimentos, possibilitando a geração de emprego e renda.

Em razão disto, foram licitados, adquiridos e doados os seguintes quantitativos de equipamentos nos últimos anos:

Equipamentos	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Tratores e implementos	9,0	33,0	45,0	110,0	27,0	39,0	91,0 + 23,0 (adesão)	49,0 + 28,0 (adesão)	153,0 + 10,0 (adesão)

Tomando por base o trabalho frequente de aquisição e doação de tratores realizado pela 6ª/SR no quadro acima, observa-se que a quantidade de máquinas e equipamentos agrícolas licitados, adquiridos e doados por esta superintendência possuem tendências de crescimento desde 2013 e que o quantitativo necessário não pode ser previsto. Além disso, o número de solicitações para aquisição desses itens no ano de 2022 já é bem expressivo.

O presente processo atende plenamente aos incisos I e IV do artigo 3º do Decreto 7.892/2013, o qual versa sobre as hipóteses para a adoção de um Sistema de Registro de Preços.

Da admissão de Órgão Participante:

Não – Não será permitida a inclusão de Órgão Participante nesse certame, pois o setor industrial nacional e mundial ainda vêm enfrentando graves consequências impostas pela Pandemia da COVID-19 nos processos de fabricação de máquinas e equipamentos, ocasionando reflexos significativamente negativos como o atraso significativo nos fornecimentos, e até o não fornecimento dos referidos tipos de bens; e atualmente a Codevasf também está sofrendo duramente esses efeitos indesejáveis junto aos seus fornecedores. Outro fator que justifica essa decisão administrativa é que a CODEVASF-6ª/SR não possui quantitativo de funcionários suficiente para realizar os procedimentos administrativos necessários à realização dos trâmites exigidos para admissão de outros órgãos junto à esta licitação, o que implicaria em dificuldades para realização desta opção.

Da admissão de adesão dos Órgãos Não Participantes (carona):

Sim – Justifica-se pela economicidade, tendo em vista que os preços unitários tendem a ser menores quando se permite a carona devido ao ganho em escala nas aquisições, além de que são itens comumente adquiridos pelos órgãos públicos, inclusive pelas Superintendências Regionais da Codevasf, proporcionando enorme celeridade e vantajosidade para as entidades da administração pública.

Do Modo de Disputa: estipulou-se, no item 3.2 do Termo de Referência, o modo de disputa do tipo aberto com intervalo mínimo de diferença entre os lances de (0,2 %), do valor dos itens 1 e 2; restando os demais itens com intervalo mínimo de diferença entre os lances de (0,5 %), ou seja, para itens de maior valor, o intervalo monetário entre os lances é menor. Considera-se que os intervalos nessas proporções estão razoáveis e permitem a plena competição entre os licitantes.

Da Qualificação Técnica: No Termo de Referência, item 9.1.3, há exigência dentre os participantes, da comprovação de qualificação técnica através de apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica com quantitativos mínimos de 30% (trinta por cento) do contingente total para cada item a ser licitado. Entende-se que essa proporção é razoável, pois não é alta o suficiente para restringir a ampla concorrência entre as empresas fornecedoras, muito menos baixa o suficiente para permitir a participação de empresas com baixa capacidade de fornecimento. Além disso, essa proporção está em consonância com o Acórdão do TCU 2696/2019, o qual esclarece que é irregular a exigência desse tipo de atestado com quantitativo mínimo superior a 50% (cinquenta por cento), exceto se houver justificativa técnica plausível.



Cota de Preferência ME e EPP: Sobre a razão pela qual a 6ª/SR decidiu utilizar somente 10% dos 25% de cota de preferência para micro (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto 8.538 de 6/10/2015, justifica-se esta ação levando-se em consideração o princípio da economicidade, muito praticado na administração pública. Além de que, verificou-se que nos últimos pregões eletrônicos realizados por esta superintendência, os preços ofertados por MEs e EPPs foram bem maiores do que de outras empresas. Neste caso, poderão ser adquiridos bens em maior número a partir de ofertas de preços de menor valor.

No que se refere à cota reservada para o **item 02 (tratores agrícolas 75 cv)** para o qual foi estimado anteriormente, o valor de R\$ 4,84 milhões para aquisição de 22 Tratores Agrícolas com potência mínima de 75 cv, portanto, valor superior em R\$ 40 mil ao limite de faturamento anual de R\$ 4,8 milhões/ano para EPPs preconizado na LC nº 123/2006. No entanto, para readequação do valor desse item, a partir da metodologia acima descrita, reduziu-se o percentual de participação na cota para empresas de pequeno porte e microempresas, de 10,0% para 5,0% neste item especificamente. Sendo assim, o quantitativo de equipamentos a serem adquiridos através dessa cota será de 11 tratores agrícolas.

Exclusividade para ME e EPP: Em atendimento ao disposto no Art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o qual estabelece que os itens cuja contratação possuam valor inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) devem ser destinados à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte.

Condições de participação de empresa estrangeira: Será permitida a participação de empresas estrangeiras, desde que tenham representação legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente, e que atendam ao disposto no Código Civil Brasileiro.

Garantia de Execução: não será exigida garantia de execução, visto que os bens a serem adquiridos são classificados como comuns, de entrega imediata e com pagamento posterior à entrega.

Exigência de Serviço de Assistência Técnica em Área Definida: O item 5.11 do Termo de Referência estabelece que os licitantes concorrentes dos itens 1, 2, 3 e 4 devem possuir e apresentar no momento da assinatura da Ordem de Fornecimento, mediante documentação comprobatória, Empresas Autorizadas pelo Fabricante que prestem serviços de Assistência Técnica no âmbito do estado da Bahia ou num raio de até 500 km (quinhentos quilômetros) de distância dos limites estaduais, sob pena de não ser contratada. Esse fato é justificado pela própria exigência dos fabricantes de tratores e microtratores, os quais definem que a garantia de fábrica para essas máquinas só é mantida se as revisões estabelecidas em manual de instruções forem realizadas em oficina autorizada pela fábrica. Como trata-se de equipamentos de difícil movimentação, há de se prevenir custos excessivos com deslocamento para manutenção destes, mediante presença de tais estruturas na área de atuação da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF.

Permite Participação de Consórcios e Sociedades Cooperativas: Não. A logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, sendo consequentemente não necessária a formação de consórcios. Em relação a não participação de Sociedades Cooperativas enfatizamos que a licitação será de aquisição de itens específicos, ou seja, mero fornecimento de máquinas, veículos e equipamentos, não existindo o fornecimento de serviços e mão de obra. Isso proporciona maior disponibilidade de empresas e competitividade entre as empresas, fato benéfico para a administração pública.

Da validade da Ata de Registro de Preços: O artigo 12, caput, do Decreto Federal nº 7.892/2013 estipulou que a ata de registro de preços não poderá ter duração superior a doze meses, computadas as possíveis prorrogações, conforme estabelece a própria Lei nº 8.666/1993. No entanto, o prazo de validade para Ata de Registro de Preços estabelecido no Termo de Referência para aquisição de tratores e implementos agrícolas através deste processo administrativo é de 6 (seis) meses. Esse fato se dá em razão de dois fatores. O primeiro é que o fim da vigência das atas ocorrerá no início do ano de 2023, época em que praticamente não há disponibilidade de recursos



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

orçamentários para aquisição de máquinas e implementos; o segundo é que a inflação no momento atual é considerada alta, o que promove o aumento constante dos preços licitados e inviabiliza a entrega de materiais em longos períodos.

Exigência de capital social mínimo: As licitantes vencedoras deverão apresentar capital social mínimo de 10% (dez por cento) do valor orçado pela Codevasf no item da licitação que concorrer, não sendo de forma acumulativa.

Critério de Julgamento: Menor preço.

Valor estimado: Público - Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 3.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

Garantia do Objeto: A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo de 12 (doze) meses ou superior, contados a partir da data da entrega técnica dos equipamentos.

Responsável pelas informações:

Júlio César da Silva Santos
Analista em Desenvolvimento Regional
Chefe da 6ª/GRR/UDT

De Acordo:

Luciano Gomes da Rocha
Analista em Desenvolvimento Regional
Gerente da 6ª/GRR